

PROCURAÇÃO:

OUTORGANTE: _____/
inscrito (a) no CPF sob o nº. _____, residente e
domiciliado (a) na _____/
em _____/RS.

OUTORGADO: **SHELLA DE ALMEIDA FELDMAN**, brasileira, casada, advogada, OAB/RS 39.567 e **MARIA AUGUSTA DE ALMEIDA FELDMAN**, brasileira, casada, inscrita na OAB/RS sob o nº 81.430, participante da sociedade FELDMAN ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 06960061/0001-87 e na OAB/RS sob o nº 2.359, também neste ato é nomeada procuradora, todos recebendo intimações na Rua Grão Pará, 381 – Menino Deus – Porto Alegre – RS.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, a OUTORGANTE, nomeia e constitui os OUTORGADOS seus bastante procuradores, para, em conjunto ou separadamente, com os mais amplos poderes, inclusive os da cláusula "*ad judicia*", representa-lo em juízo ou fora dele, bem como perante quaisquer repartições públicas – quer federais, estaduais ou municipais – podendo ditos procuradores, com vistas ao cabal desempenho deste mandato, tudo requerer e praticar, patrocinando a defesa dos interesses do outorgante, inclusive arguir suspeições, reconvenção, protestar e cancelar títulos, excepcionar, firmar compromisso, acordar, desistir, transigir, receber valores e dar quitação, **EM ESPECÍFICO PARA AJUIZAR AÇÃO ORDINÁRIA REFERENTE A GRATIFICAÇÃO DE DIREÇÃO.**

Porto Alegre, _____ de _____ de 2013.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que não tenho condições de arcar com os custos do presente processo sem comprometer o meu sustento e o de minha família.

Porto Alegre, _____ de _____.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado (a) na _____, na cidade de _____, ora denominado (a) **CONTRATANTE** contrata e convencionam com MARIA AUGUSTA DE ALMEIDA FELDMAN, brasileira, casada, inscrita na OAB/RS sob o nº 81.430 e SHEILLA DE ALMEIDA FELDMAN, brasileira, casada, inscrita na OAB/RS sob o nº 39.567, participantes da sociedade **FELDMAN ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06960061/0001-87 e na OAB/RS sob o nº 2.359, também neste ato nomeadas procuradoras, todos recebendo intimações na Rua Grão Pará, nº 381, bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, ora denominadas **CONTRATADAS**, convencionam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - As advogadas ora contratadas obrigam-se, face ao mandato que lhes foi outorgado, a prestar seus serviços profissionais na defesa dos direitos do **CONTRATANTE**, desempenhando com zelo a atividade a seu encargo em qualquer juízo, instância ou tribunal, em especial para ajuizar Ação a ser interposta contra o Estado do Rio Grande do Sul referente ao **reajuste da gratificação de direção**.

CLÁUSULA SEGUNDA - A título de remuneração pelos serviços descritos na Cláusula Primeira, as advogadas ora contratadas receberão do **CONTRATANTE** os honorários de 20% do valor bruto que for auferido ao final da demanda, inclusive dos atrasados pagos administrativamente em contracheque, independentemente da verba sucumbencial.

Parágrafo Primeiro – A celebração de acordo extrajudicial que implique no recebimento, por parte do **CONTRATANTE**, do valor pleiteado e que, conseqüentemente, torne desnecessária a interposição ou o prosseguimento da ação judicial, não libera o **CONTRATANTE** do pagamento previsto no *caput* da presente cláusula, e não sendo possível aferir o montante devido, fica desde já estabelecido o valor equivalente a de um processo contencioso principal, nos termos da Tabela da OAB/RS.

Parágrafo Segundo – Igualmente, fica acordado que caso o **CONTRATANTE** venha a desistir da ação por qualquer circunstância não determinada pelas advogadas contratadas, ou ainda, se lhes for cassado o mandato sem culpa, será devido às advogadas contratadas o valor equivalente ao de um processo contencioso principal, nos termos da Tabela da OAB/RS.

CLÁUSULA TERCEIRA - Ao **CONTRATANTE** caberá o pagamento das custas, dos cálculos a serem elaborados para aferição do valor da condenação e demais despesas processuais necessárias ao bom andamento da ação, bem como o fornecimento de documentos e informações solicitadas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONTRATANTE** pagará ainda no ato de assinatura do presente contrato a importância de **R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS)** referentes à taxa de administração da ação a ser ajuizada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o **CONTRATANTE** opte pelo pagamento da taxa administrativa através de boleto, as despesas de encaminhamento do boleto ficarão a cargo do contratante.

CLÁUSULA QUARTA – Na hipótese de ser verificada a litispendência após o ajuizamento da ação, será devido às advogadas contratadas o valor correspondente a meio salário mínimo.

CLÁUSULA QUINTA - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Porto Alegre/RS para o fim de dirimir qualquer litígio oriundo do presente contrato.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2013.

Contratante

FELDMAN ADVOGADOS ASSOCIADOS